

GESTÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS ESCOLARES: UMA ANÁLISE DO AMBIENTE ESCOLAR E SUA RELAÇÃO COM APRENDIZAGEM NUMA ESCOLA MUNICIPAL EM UBAITABA/BA.

Jaciara de Souza Santos
PPGE /UESC/BRASIL

jacy.s.santos@hotmail.com

Elioenai Santos de Santana Farias
PPGE /UESC

elioenaifarias@hotmail.com

Cândida Maria Santos Daltro Alves
PPGE /UESC

candida_alves@yahoo.com.br

Maricélia de Souza Pereira Moreira
PPGE /UESC

moreiramsp@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a relação da gestão dos espaços escolares e a aprendizagem de uma escola pública do município de Ubaitaba-BA, tentando perceber de que forma as inserções e/ou intervenções arquitetônicas podem contribuir ou interferir nos processos de ensino e de aprendizagem. Como metodologia utilizou-se a pesquisa histórica, observação e análise dos documentos da escola (Projeto Político Pedagógico - PPP e resultados das avaliações externas) e fotografias.

Palavras-chave: Gestão dos Espaços Escolar. Ensino-Aprendizagem. Ambiente Escolar

Introdução

O trabalho em tela discute a relação dos Espaços Escolares, dos Parâmetros do Projeto para análise dos ambientes escolares e a Aprendizagem de uma escola pública no município de Ubaitaba-BA. Trata-se de um estudo a partir de pesquisa histórica, observações, entrevistas e análise de documentos da Escola Municipal Osvaldo Cruz (PPP e resultados das avaliações externas) e tem por objetivo analisar a relação entre as questões de Arquitetura Escolar, Parâmetros do Projeto de Ambientes Escolares e Aprendizagem, tentando perceber de que forma as inserções e/ou intervenções arquitetônicas podem contribuir ou interferir nos processos de ensino e de aprendizagem.

Como suporte teórico utilizou-se Kowaltowski (2011) que busca através da sua pesquisa parâmetros de melhoria na construção de escolas públicas, tratando-as com os conceitos de arquitetura escolar e conforto ambiental e da análise de uma escola pública do município de Ubaitaba-BA.

Partimos da compreensão que o espaço físico escolar é um elemento importante para a melhoria da qualidade da educação podendo ser considerado formador. Nessa perspectiva, este trabalho busca evidenciar a necessidade da conscientização do fortalecimento da relação da gestão dos espaços escolares, arquitetura/aprendizagem, na busca de ambientes compatíveis com as suas necessidades e com as práticas pedagógicas, a fim de proporcionar uma educação pública de qualidade para as crianças e adolescentes, em sua maioria, filhos da classe trabalhadora que frequentam a escola pública.

Ambiente Escolar como parâmetro fundamental para a melhoria da qualidade da educação

A Constituição Brasileira de 1988 declara no seu artigo 6º que à Educação é direito de todos. Para que este direito, especificamente a educação com qualidade, se materialize faz-se necessário investimentos em diversos aspectos como: formação dos profissionais da educação, gestão democrática, condições espaciais do ambiente escolar, entre outros.

Neste sentido, Gonçalves (1999), colabora dizendo que,

O direito à educação, para tornar-se realidade, precisa materializar-se em um sistema que comporte programa, currículo, métodos, espaços físicos, professores e condições de trabalho, entre outros. Mas, é exatamente na concretização destas condições que o direito declarado não se efetiva. O espaço físico compõe a vida escolar como parte de suas multi-determinações. Articulado ao empobrecimento dos salários, da formação, das condições de trabalho e de vida de professores e alunos, a degradação e empobrecimento dos espaços físicos escolares constitui-se em mais um elemento excludente e desqualificador da educação. (GONÇALVES, p.47, 1999)

Nessa perspectiva, é preciso compreender o espaço físico escolar como um elemento importante para a melhoria da qualidade da educação. Kowaltowski (2011) corrobora com essa afirmação,

A educação de qualidade depende de um ambiente de ensino com um grande número de componentes que devem trabalhar em sintonia com o objetivo de

aprofundar e ampliar o aprendizado dos alunos. O ambiente depende das características das pessoas presentes, do sistema educacional adotado, do suporte da comunicação e da infraestrutura disponível. (KOWALTOWSKI, 2011, p. 26)

Dessa forma, faz-se indispensável pensar a relação da Arquitetura Escolar e o processo de ensino aprendizagem para melhoria da educação. Arquitetura escolar é aqui entendida como projeto do edifício que será utilizado para abrigar uma escola, um lugar de ensinar e aprender. Esse termo é usado para distingui-la das outras arquiteturas, que, diferentemente delas, não encerra por si somente o sentido de arquitetura no local construído, há a necessidade da educação acontecer naquele espaço para caracterizá-la como tal (GONÇALVES, 2011).

Muitos são os aspectos considerados essenciais para a obtenção de uma arquitetura escolar de qualidade e eles precisam estar em acordo com as realidades em que serão inseridos, respeitando as peculiaridades inerentes a cada processo. Essa terminologia revela a junção de duas áreas do conhecimento humano: a arquitetura e a educação, transmitindo através do projeto arquitetônico, o suporte e a atividade nele exercida, de forma que o desafio está em buscar uma conexão entre essas duas ciências. Como declara Gonçalves (2011, p.41), afirmando que “a busca de sua compreensão remete ao desafio de articular duas atividades e duas ciências, encontrando nexos e fronteiras entre ambos”.

Kowaltowski (2011) partilha da concepção de que a relação entre pedagogia e arquitetura é fundamental e vai além de aspectos visíveis. Diz que, outros parâmetros são igualmente centrais, apoiados nas vivências e usos nestes ambientes, como funcionalidade, usabilidade, identidades com a pedagogia – nas teorias e práticas – e com a cultura, conforto ambiental, equipamentos, mobiliários e características construtivas, de implantação, de instalações e infraestrutura. Eles colaboram para conferir a distinção e o reconhecimento dos lugares por quem os usa e, sobretudo, a apropriação pela comunidade escolar.

Nesse sentido, grandes mudanças vêm ocorrendo no País e no mundo e os espaços construídos devem acompanhar estas transformações. Kowaltowski (p. 170, 2011) observa que no Brasil, de uma forma geral, ainda predominam as edificações com salas de aula tradicionais, “que não tiveram seu conceito espacial alterado em função das mudanças das metodologias pedagógicas e demandas sociais dos últimos anos”. Os envolvidos no processo de ensino/aprendizagem podem ser desmotivados por esta configuração tradicional, visto que “a arquitetura dessas escolas valoriza a autoridade, e não o indivíduo, o que estaria em desacordo com as novas metodologias educacionais”.

Nessa perspectiva, analisar as questões do ambiente escolar da Escola Municipal Osvaldo Cruz é buscar entender quais os fatores que podem estar dificultando esse processo de ensino-aprendizagem, uma vez que, a escola foi construída na década 30 para atender a uma pequena demanda populacional que frequentava a escola, e que passou a atender no século XXI, um novo modelo de educação, um público de crianças, adolescentes e jovens de outro tempo, com outras necessidades e desejos, que a escola não mais atendia e que ainda precisa se adequar para atender com qualidade.

Contexto da Construção da Escola Municipal Osvaldo Cruz

O prédio da Escola Osvaldo Cruz foi o primeiro prédio escolar do município de Ubaitaba-BA, começou a ser construído na Praça João Pessoa (atual 27 de julho) no governo do Senhor Rui Santos (1931), antes mesmo da emancipação política do município, que só ocorreu em 27 de julho de 1933 com o Decreto N°. 8567.

A Escola Osvaldo Cruz oferecia os cursos do 1º grau de 1ª a 4ª série, conforme é possível notar na figura 01 em anexo, atendendo crianças de todas as camadas sociais, poucos foram os profissionais Ubaitabenses hoje, médicos, advogados, dentistas, bancários, professores e tantos outros que não estudaram nesta escola, mesmo em condições precárias, observe a figura 01.

Figura 01- Anos 50 Praça João Pessoa (27 de Julho e Praç. da Bandeira (Atual Praça dr. Xavier) Número 3 (Escola Osvaldo Cruz)



Fonte: Livro Traços e Retratos da Nossa História, 2ª Ed., por Aleilton Oliveira.

Em 1994, no Governo Estadual da Bahia de Dr. Antônio José Imbassahy foi recuperado o Grupo Escolar Osvaldo Cruz, na tentativa de adequar a escola ao projeto arquitetônico vigente naquele período, a partir de uma nova visão volumétrica que passou a vigorar na década de 90 com a introdução de concepções modernistas vindas da Europa, a

inserção de prédios em formatação diferenciada em modelos de U, H, L, e outras formas geométricas organizadas em módulos ou isoladas.

Com o processo de municipalização da escola pública estadual que deu início ao processo editando o decreto N° 7254 de 20 de março de 1998 acrescidos pelo decreto N° 7685 de 08 de outubro de 1999, baseado na Constituição Federal de 1988, no seu Art. 211 e a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 que definem o papel do município, como ente federativo autônomo, na questão da formulação e da gestão política educacional, com a criação do seu próprio sistema de ensino, o Grupo Escolar Osvaldo Cruz, passou a ser gerido pela Secretaria Municipal de Educação do município, a partir da Portaria N° 324/04 de 07/06/2004 agora com a denominação de Escola Municipal Osvaldo Cruz.

Assim, em 2005 a Escola Municipal Osvaldo Cruz, atendia ao Projeto de Regularização do Fluxo (alunos com distorção idade/série) oferecido pelo governo do Estado da Bahia em parceria com o município. Iniciou com 08 turmas, 05 delas para atender alunos da 5ª/6ª série e 03 turmas com alunos da 7ª/8ª. Já no ano seguinte (2006), efetivou matrícula para o Ensino Fundamental regular nas séries 5ª e 7ª (alunos que não tinham idade para cursar a 7ª/8ª).

Com o fim do Projeto, em 2008 e 2009 por ainda existir uma distorção idade/série implantou-se a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no diurno (apenas duas turmas), já em 2010 retorna à Regularização do Fluxo Escolar oferecida pela Secretaria Municipal de Educação e o regular (5ª a 8ª séries).

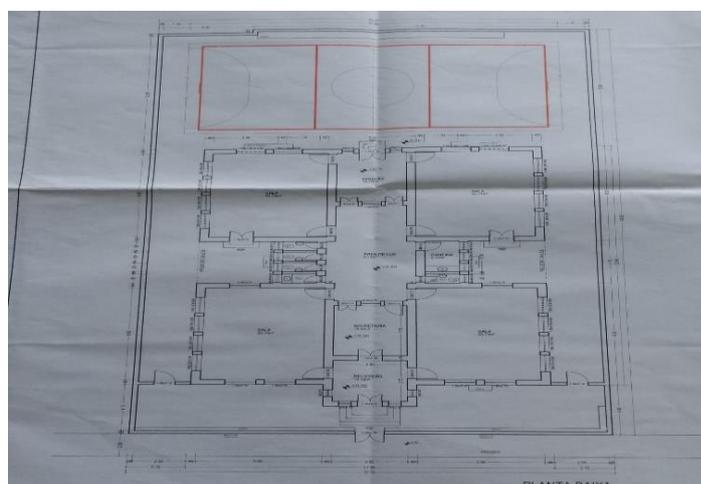
No ano de 2011 houve algumas mudanças na estruturação da educação no município, por isso, foram suspensos na UE os projetos de Regularização do Fluxo Escolar e da Educação de Jovens e Adultos, e a instituição ofertou somente o ensino regular do 6º ano a 8ª série do Ensino Fundamental. O seu público emerge das diversas escalas econômicas e socioculturais, mas a maior parte deles encontra-se situada na renda mínima, um bom número de aluno reside no campo do município, bem como dos municípios circunvizinhos.

Análise da Estrutura Física da Escola Municipal Osvaldo Cruz

Localizada num terreno de 914,91 m², com área construída de 406,17 m², a Escola Municipal Osvaldo Cruz tem em sua arquitetura o formato “H”, como é possível notar na figura 02 abaixo, compreende uma área ocupada por 04 (quatro) salas de aula considerada ampla (50,74 m²), 01 (uma) recepção na entrada da escola com 13,32 m², 01 (uma) sala

secretaria com 16,92 m², uma área de luz com 5,12 m², 01 (uma) cantina pequena (5,12 m²), 02 (dois) depósitos, 01 (um) banheiro para professor e demais funcionários, 02 (dois) banheiros (masculino e feminino) para os alunos, 02 (duas) pequenas áreas de circulação interna, 01 (uma) quadra esportiva, e 01 (uma) sala da diretoria com 18,00 m², que mais tarde transformou-se em espaço onde deveria funcionar um laboratório de informática, no entanto existiam computadores, mas faltavam ainda as condições necessárias e objetivas para o seu funcionamento. Em 2015, a área de luz foi coberta para transformar-se em mais um espaço para que os alunos pudessem circular e se proteger da chuva durante o intervalo nos dias chuvosos.

Figura 02 -Planta Baixa da Escola Municipal Osvaldo Cruz



Fonte: Disponibilizado pelo Conselho Municipal de Educação de Ubaitaba-BA

A escola supracitada é 01 das 24 (vinte e quatro) escolas municipais, que desde 2007, ao vincular-se ao Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação – Decreto nº 6.094/2007, assinando o termo de adesão voluntária, o município tem sua Educação Básica avaliada, por meio do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

Dessa forma, a Escola Municipal Osvaldo Cruz na avaliação do IDEB obteve em 2009 média 2.9, 2011 não obteve média, 2013 e 2015 a média ficou 2.9 e 2.2 respectivamente, e no ano de 2017 a escola mais uma vez não obteve média no IDEB.

Diante dos dados apresentados, nota-se uma queda crescente do IDEB, a escola apresentou resultados não satisfatórios, que revelam a existência de problemas com a aprendizagem das crianças e adolescentes que demonstravam não saber ler e escrever, apesar de já terem sido considerados alfabetizados.

Vale salientar, que não é possível considerar somente o IDEB projetado para a escola isoladamente sem compreender o contexto, a realidade local e as condições de realização do processo de aprendizagem. Dessa forma, Lackney(1994), Lackney; Long, (2006), enfatizam que, o desempenho das escolas pode ser relacionado a questões socioeconômicas dos alunos, à idade da edificação, aos métodos de ensino, ao currículo, aos materiais didáticos e à infraestrutura disponível na escola.

A aparência de um ambiente, a forma como se organizam seus elementos, os aspectos de salubridade e conforto, a luz, a cor, a temperatura, o som, a sensação de abrigo, provocam no ser humano sensações que podem ser positivas ou negativas, de segurança ou insegurança. Nesse sentido, essas questões de conforto ambiental que segundo Kowaltowski (2001) é uma parceria entre ambiente físico, características do local e da arquitetura da edificação, esses aspectos relacionam-se diretamente com o desempenho dos alunos e conseqüentemente com o processo ensino-aprendizagem, uma vez que, alunos e professores, passam partes deste processo nesses espaços físicos e são atores principais deste processo tão complexo que é o ensino-aprendizagem.

No Brasil, as especificações escolares estipulam padrões econômicos de construção e equipamentos, bem como robustez dos acabamentos. A maioria das escolas públicas funciona de manhã, à tarde e à noite, com lotação muitas vezes no limite da capacidade e com usuários que esbanjam energia, o que significa que os elementos construtivos da edificação escolar precisam ser resistentes. É nessa perspectiva que podemos observar que a Escola Municipal Osvaldo Cruz foi construída, o modelo que lembra um museu ou casarão transmite essa ideia de resistência e fortaleza, paredes altas e largas, com muitas colunas e material robusto, como é possível notar na figura 03 abaixo, mas apresenta fragilidade no atendimento às condições objetivas de funcionamento de um equipamento que ofereça as condições necessárias para a aprendizagem significativa dos alunos.

Figura 03 -Escola Municipal



Fonte: Arquivo das pesquisadoras

De acordo com a Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE, 1997), a escola deve estar localizada em um local de fácil acessibilidade, visibilidade e próximo de áreas residenciais. Desta forma, a boa arquitetura se expressa através da representatividade do seu prédio, que contem aspectos perceptivos na sua edificação conceitual, formal e estética, sendo reconhecida pela representatividade e influência que exerce no seu entorno próximo e na sua distinção pela coletividade (KOWALTOWSKI, 2011), contendo, portanto, elementos que a identifiquem como lugar de ensino na malha urbana.

A Escola Municipal Osvaldo Cruz se encontra situada em um espaço de grande movimentação popular e comercial, conforme é possível perceber na figura 04 a seguir, fato esse que ajuda a interferir negativamente no desempenho acadêmico do aluno ao promover a dispersão da atenção e concentração por conta da poluição sonora provocada pelo barulho dos carros, moto-táxi, transeuntes, carro de som, cargas e descargas das casas comerciais, entre outros.

Figura 04- Movimentação em frente da escola



Fonte: Site Ubaitaba Urgente.



Fonte: Arquivo das pesquisadoras

O conforto visual é importante para a saúde e a produtividade das pessoas, a maioria das atividades desenvolvidas em sala de aula demanda percepção visual adequada, o que depende necessariamente de luz em quantidade suficiente e com qualidade (Alvarez, 1995). As cores das paredes e do teto das salas influenciam a qualidade construtiva, pois atuam nas condições de iluminação e, indiretamente ampliam a legibilidade.

Diante da observação das salas de aulas, que pode ser notada na figura 05 abaixo, nos remete ao período de construção do prédio na década de 30 onde ainda não tinha energia elétrica. Assim, a quantidade e dimensão das janelas, visualizadas nessas fotos, era exatamente para garantir a iluminação nesses espaços, é também o resultado das exigências dos higienistas que, para a prevenção de doenças, instituíram que as salas deveriam ter boa luminosidade e ar puro em abundância. Podemos notar que as 02 (duas) salas da frente

apresentavam um alto nível de claridade, o que atrapalhava muito o uso de tecnologias como Datashow, TV, entre outros instrumentos tecnológicos nas aulas, as 02 (duas) salas do fundo eram escuras, pois não possuíam janelas.

Figura 05 Sala de Aula



Fonte: Arquivo das pesquisadoras

Observa-se ainda problema de mau funcionamento das lâmpadas, com baixa reflexão da luz pela cor da pintura das paredes, ausência de cortinas, quando sabemos que o uso adequado de cortinas pode evitar o excesso de insolação e alto nível de claridade das salas. Se junta a esses problemas o ofuscamento na lousa.

Outro fator que precisa ser considerado é o conforto acústico, as condições acústicas das salas de aulas precisam ser consideradas com responsabilidade, por sua real influência no processo de ensino e aprendizagem e, conseqüentemente, na vida das pessoas. Nas salas de aulas, a comunicação entre alunos e professores é necessária para o aluno ouvir e entender o que é dito, sem níveis elevados de ruído, que prejudicam o desempenho do aluno e aumentam o desgaste dos professores.

Segundo Kowaltowski (2001), para avaliar as condições de conforto acústico de um ambiente, é necessário verificar a qualidade interna do ambiente e a influência do meio externo. A qualidade interna refere-se à geometria do espaço, à absorção sonora e a potência e localização das fontes sonoras. A influência do meio externo associa-se a fontes de ruídos e à qualidade do isolamento das aberturas, e esses ruídos provêm de trânsitos, atividades industriais, atividades comerciais a atividades de lazer, muitas vezes da própria escola.

De acordo com os professores, alunos e funcionários, a acústica sempre foi um problema na escola, tanto na qualidade interna quanto na externa. Na interna, eles reclamavam da própria acústica das salas, que por serem muito grandes com portas e janelas imensas eram péssimas e causavam problemas de saúde nos professores que precisavam falar muito alto para serem entendidos pelos alunos. Outro elemento interno, eram os ruídos

advindos das atividades nas aulas de Educação Física que aconteciam na quadra da escola, vale lembrar que a quadra foi construída no fundo da escola, as aulas aconteciam com os alunos do turno oposto, que por um lado, os professores das aulas do turno reclamavam que não conseguiam dar aula, fazer leituras e avaliações, e do outro lado o professor de Educação Física salientava que era impossível trabalhar com movimentos e esportes em silêncio, as aulas também seriam um momento de integração e interação entre os colegas.

No que tange a qualidade externa, o fato de a escola estar situada no centro da cidade, entre casas comerciais e bancos, os ruídos de carros de sons publicitários, campanhas, passeatas entre outros competiam a todo o momento com a voz dos alunos e professores.

Vale salientar que, as deficiências na leitura e na linguagem dos alunos decorrentes das más condições acústicas são cumulativas e devastadoras ao desenvolvimento educacional. Muitas crianças tornavam-se adultos menos capazes pelo descaso às necessidades de audição.

Segundo Kowaltowski (2001) uma das funções dos espaços construídos é atender ao bem-estar do ser humano, para que este possa desenvolver suas atividades com conforto em todos os aspectos sensoriais. Situações de desconforto causadas seja por temperaturas extremas, falta de ventilação adequada, umidade excessiva combinada com temperaturas elevadas ou por radiação térmica de superfícies muito aquecidas podem ser prejudiciais e causar sonolência, alteração nos batimentos cardíacos, aumento da sudorese. Psicologicamente, pode provocar apatia e desinteresse pelo trabalho. Essas situações são consideradas extremamente desfavoráveis no ambiente escolar.

Ainda segundo Kowaltowski (2001),

Como na maioria das regiões do Brasil, e na maior parte do ano, o clima é quente e o conforto térmico em espaços internos depende, principalmente, do sombreamento das paredes externas, da dimensão e localização das aberturas e da possibilidade de ventilação cruzada na altura dos usuários sentados. (KOWALTOWSKI 2001, p. 142)

A cidade de Ubaitaba-BA localiza-se em uma região com clima equatorial, com temperaturas médias acima dos 22 °C e chuvas distribuídas ao longo de todo o ano, concentrando-se nos meses de dezembro a março. Diante disso, as salas observadas são quentes, principalmente as 02 (duas) primeiras que recebem sol durante todo o dia e estas não tem proteção de persianas, as demais não tem janelas o que contribui para o desconforto térmico das salas, observamos também que a cor azul da pintura das paredes, não minimiza a absorção de calor pela parede. Não existe sombreamento de paredes ou áreas avarandadas

para melhorar o conforto térmico e preservar as paredes externas das edificações. Kowaltowski et al. (2001), salienta que” a distribuição de arbustos e árvores, e o cultivo de uma horta no terreno e pátio da escola podem amenizar as condições térmicas de calor”. Infelizmente, por estar situada no centro comercial não existem arbustos e árvores próximas à unidade de ensino, e esta não dispõe de espaço para cultivo de horta.

Na maioria das edificações escolares do Brasil, falta o enquadramento às normas de acessibilidade (ABNT, 2004; MEC, 1997), com obras para tornar as escolas adequadas à circulação e ao uso de pessoas com dificuldades de locomoção. O conceito arquitetônico de desenho universal propõe o espaço com uso democrático para diferentes perfis de usuários, inclusive aqueles com limitações (temporárias ou permanentes), todos com condições igualitárias na qualidade de uso de uma casa ou ambiente construído, seja interno ou no âmbito da cidade.

No Brasil, a questão da acessibilidade foi regulamentada pela Lei n. 7.853, 24 de outubro de 1989, por meio de uma política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolidando normas de proteção e outras providências. O Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, regulamenta essa lei e definem o conjunto de orientações normativas para assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências, classificadas em categorias, de acordo com o grau de comprometimento da função física.

Acessibilidade significa garantir e oferecer igualdade de condições a todas as pessoas, independentemente de suas habilidades individuais. Na Escola Municipal Osvaldo Cruz, por ser uma construção que se iniciou na década de 30, percebe-se algumas preocupações e adequações acerca da acessibilidade, como banheiros comuns com barras de ferro e uma rampa que dá acesso a uma sala de aula pela lateral da escola, no entanto, infelizmente não são suficientes para dar conta de atender alunos com necessidades especiais.

Figura 06: Banheiro com barra de ferro



sala

Fonte: Arquivo das Pesquisadoras

Figura 07: Rampa lateral que dá acesso a



Fonte: Arquivo das Pesquisadoras

A partir da fala dos professores, alunos e funcionários e análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Osvaldo Cruz, que de acordo com o referido documento a intenção é orientar possibilidades educacionais que impliquem em situações concretas de aprendizagem, de modo interdisciplinar e transversal, articulado a vida social. Assim, cabe ao (a) professor (a) que atua na rede básica de ensino propor um ambiente que estimule à criatividade, a investigação, a construção e reconstrução dos conhecimentos, envolvendo o ser humano em todos os seus aspectos, respeitando a identidade e pluralidade cultural, observamos que o que é proposto no documento se distancia da realidade, não porque os professores não querem, mas porque a estrutura física não permite, por exemplo, uso de tecnologias nas salas por conta do alto nível de claridade, a falta de laboratórios, os ruídos que interferem na acústica, entre outros.

Portanto, às relações pedagógicas e as atividades da escola observada ficavam comprometidas no sentido da impossibilidade de aliar com mais afinco a teoria e a prática, entendendo que o espaço escolar contribui para a construção de conhecimento, transformação social, permanência e sucesso dos alunos, após mobilização da equipe escolar, no ano de 2018 a Escola Municipal Osvaldo Cruz ganhou outro espaço escolar que a partir da fala dos professores e alunos que contribuíram com esse trabalho já é possível perceber que estão mais felizes, orgulhosos da escola que trabalham e estudam, conforme figuras abaixo.

Figura 08: Entrada da Escola

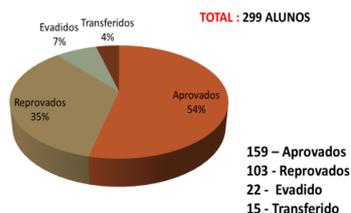
Figura 09: Sala de Aula



Fonte: Arquivo das pesquisadoras

A partir da observação dos dados do Fluxo Escolar da Unidade de Ensino (Aprovação, Reprovação, Transferência e Evasão) nota-se que a escola a partir da mudança já começou a melhorar, conforme comparação dos dados referente aos anos 2017 e 2018.

Dados Gerais/ Resultado Final 2017
 10 Turmas



Dados Gerais/ Resultado Final 2018
 12 Turmas



Diante desses dados, podemos observar que é necessária a compreensão da gestão pública, da comunidade e de todos os sujeitos da escola que o espaço físico escolar é um elemento importante para a melhoria da qualidade da educação.

Considerações Preliminares

Essa pesquisa nos fez reconhecer a importância do ambiente escolar construído para a eficácia do processo educativo. O ambiente escolar deve permitir a fruição de seus espaços, através de ambientes confortáveis, seguros, acolhedores, convidativos e interativos, a fim de propiciar aprendizagens e desenvolvimento das relações interpessoais.

Nesse sentido, este texto apresentou uma análise preliminar da arquitetura escolar da Escola Municipal Osvaldo Cruz que objetivou analisar a gestão dos espaços escolares e a relação da arquitetura escolar e a aprendizagem, tentando perceber quais os fatores que podem estar dificultando o processo de ensino-aprendizagem ao longo desses anos na escola analisada.

Com base no suporte teórico construído, nas observações e análises desenvolvidas é que foi possível chegarmos as seguintes considerações:

A Escola Municipal Osvaldo Cruz não vem respeitando aos padrões arquitetônicos para atender as necessidades educacionais do século XXI, uma vez que, a escola foi construída na década de 30 que exigia outro padrão arquitetônico, visto que, era outro momento histórico-político e outro modelo de educação. Por conta disso, as questões de conforto analisadas: visual, térmico e acústico, não se enquadra com os parâmetros do século XXI, apesar das tentativas do poder público de adequar esta escola as novas exigências educacionais.

O ambiente físico escolar ainda não possibilitava inovações metodológicas e não atendia os valores, as necessidades dos alunos e a filosofia educacional daquela unidade de ensino, o projeto pedagógico da escola e as necessidades da comunidade escolar geral não ocupavam lugar e destaque na configuração daquele ambiente escolar.

No decorrer deste trabalho tentamos também compreender como os espaços criados numa escola podem ser um componente educador e de que forma podem contribuir com o desenvolvimento das práticas pedagógicas. Dessa forma, percebemos a partir dos estudos aqui apresentados que toda linguagem arquitetônica expressa, além da ordem construtiva um sistema de valores e discursos, um jogo de simbolismos atribuídos a uma tradição cultural. O espaço direciona, conduz, transmite a função, induz e constrói comportamentos no ser humano, educando-o.

Enfim, ficou evidenciado nesse trabalho que essa temática é ampla e que merece novos estudos e um aprofundamento maior e mais abrangente, uma vez que, vários prédios como a Escola Municipal Osvaldo Cruz construído em um outro tempo continua sendo espaços educativos, negando a muitas crianças e adolescentes o direito de espaços férteis de aprendizagem. Nessa perspectiva, o tema da arquitetura escolar precisa, e deve ser mais explorado e divulgado, para que se tenha por parte dos educadores e dos arquitetos a conscientização da importância da fortificação da relação arquitetura/aprendizagem, na busca de ambientes compatíveis com as suas necessidades e com as práticas pedagógicas.

Referências

BRASIL. **Constituição Federal**. República Federativa 1988, Brasília, DF, 1988.

BUFFA, E.; PINTO, G. A. *Arquitetura e Educação: Organização do Espaço e Propostas Pedagógicas dos Grupos Escolares Paulistas, 1893/1971*. São Carlos: Brasília: EduFSCAR, INEP, 2002.

FDE – FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. *Arquitetura escolar e política educacional: os programas na atual administração do Estado*. São Paulo: FDE, 1998a.

GONÇALVES, Rita de Cássia Pacheco. **Arquitetura flexível e pedagogia ativa: um (des)encontro nas escolas de espaços abertos**. Lisboa, 2011. Tese (Doutorado em educação). Instituto de educação - Universidade de Lisboa. Disponível em: Acesso em: 21/06/2018.

GONÇALVES, R. de C. **Arquitetura Escolar: A Arquitetura Escolar: como materialidade do direito desigual à educação**. Florianópolis, 1999.

KOWALTOWSKI, D. **Arquitetura escolar: o projeto do ambiente de ensino**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

LABAKI, L.C.; BUENO-BARTHOLOMEI, C.L. Avaliação do conforto térmico e luminoso de prédios escolares da rede pública, Campinas – SP. In: ENCAC-2001, 2001, São Pedro (SP). Anais... São Pedro (SP), 11-14 nov.2001. 1 CD_ROM.

Portal Brasileiro de Dados Abertos – Qedu. Disponível em <<https://www.qedu.org.br/>>. Acesso em 06 de setembro de 2018.